



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2025 -----

Aos vinte e seis do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

À exceção do senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que, atendendo às eleições autárquicas e desconhecendo-se ainda a sua data, referiu que logo que fosse pública a data procederia ao agendamento da sessão ordinária de setembro de modo a não coincidir com o período de campanha eleitoral. De seguida, perguntou aos diferentes grupos municipais se os documentos que estavam em falta tinham entretanto sido entregues, tendo a bancada do Partido Socialista indicado que não, pelo que informou que iria desencadear os mecanismos legais. Referiu que tinha chegado à sua posse um pedido de informações com data de 9 de junho de 2025 assinado pelo Grupo Municipal do PSD que remeteu ao senhor Presidente da Câmara. De seguida deu início às intervenções do período antes da ordem do dia. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que iniciava a sua intervenção com uma referência ao anúncio de um projeto de recuperação da Casa da Igreja para fins turísticos. Relativamente a este projeto, lamentou que, mais uma vez, este tipo de projetos, a exemplos de outros como o Miradouro das Físgas de Ermelo, a Praia Fluvial do Rio Cabrão e os passadiços do Rio Tâmega e Cabril, não tenham sido alvo de uma discussão pública abrangente que englobasse a sociedade civil, primeira interessada. No caso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to me

em apreço, entende que é também necessário o cuidado na valorização deste monumento arquitetónico e, por sua vez, a sua integração no património Mondinense. Continua-se a elaborar projetos à porta fechada, sem consulta dos técnicos de autarquia e outros parceiros que são excluídos do processo, o que dá origem ao aparecimento de uma contestação generalizada sobre alguns destes projetos apresentados. Sem estar aqui a mal dizer um projeto que se desconhece em pormenor, considera que seria de bom-tom que o município promovesse, e ainda vai a tempo, uma apresentação pública deste projeto para que os Mondinenses ficassem conhecedores e cientes do que se pretende lá fazer. No entanto, urge colocar aqui algumas questões sobre o mesmo que merecem um esclarecimento cabal. É verdade que o projeto apresentado pelo município propõe a diminuição total do interior da construção mantendo apenas a fachada exterior? É verdade que todos os elementos arquitetónicos criados pelo arquiteto Fernando de Távora, que definiram a chamada terceira via que ainda hoje faz escola na arquitetura portuguesa em que a Casa da Igreja é apontada como um bom exemplo, integrando elementos de construção antiga com elementos de construção moderna de que são exemplos as caixilharias, os painéis deslizantes em madeira, viga em betão armado, irão ser destruídos? É verdade que o espaço de lazer criado pelo arquiteto Fernando Távora, com elementos verdes e percursos cuidadosamente desenhados, vai ser destruído? É verdade que se prevê a eliminação dos elementos arquitetónicos criando um pavilhão de cerca de quatrocentos metros quadrados implantado precisamente sob o espaço de lazer? É verdade que, relativamente ao exterior da propriedade, está previsto a criação de diversos volumes, o que implica a destruição dos elementos tradicionais de regadio ou um icónico pinheiro manso, centenário, que pontua o terreno, o marco paisagístico deste local? Pena é que, só em períodos pré-eleitorais, tenhamos uma azáfama de projetos a surgir como um toque de magia. De seguida referiu que teve conhecimento, através do site do município, que se iria proceder em hasta pública à venda de 12 lotes na Tapada da Telha. Relativamente a isto tem a considerar e a questionar o seguinte: em primeiro lugar, porque só foram colocados à venda 12 lotes? Em segundo lugar, qual o destino que o município pretende dar aos restantes? De uma observação muito informal, constata que o preço base dos lotes apresentados para venda se enquadra em valores de mercado correntes em Mondim de Basto. Nesse sentido questionou: pretende o município substituir-se aos investidores privados quando há venda de lotes a um preço igual ou superior aos existentes? Não seria mais aconselhável investir antes na concessão a custos controlados de forma a incentivar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fixação da população, nomeadamente jovens? Ora, sendo assim, e tal como foi referido numa publicação pelo deputado José Brás, existem lotes destinados a fins de habitação a custos controlados mas que esta opção ficará para segundas calendas. Não teria sido mais aconselhável inverter a situação e, em primeiro lugar, aproveitar os fundos comunitários para o município construir habitação a custos controlados para depois os arrendar, como está previsto, ao invés de simplesmente pôr à venda lotes com o intuito de angariar receita? Para terminar, manifestou o seu agradecimento ao senhor Presidente da Assembleia por se ter disponibilizado a ler a sua tomada de posição relativamente ao relatório de auditoria a todo o processo da chamada Eta de Suídro, agradecendo também a todos os deputados desta Assembleia por terem autorizado que tal fosse possível. Referiu que este assunto estaria para si encerrado se durante a última Assembleia não se tivessem proferido afirmações graves que ferem a dignidade e a honorabilidade de diversas pessoas, referindo-se em concreto à já famosa frase «o cheque do século» proferida pelo senhor Presidente da Câmara. Na nossa vida, todos temos momentos infelizes; por vezes, querendo fazer piadas com assuntos sérios, nem sempre nos apercebemos do que estamos a dizer. Foi certamente o caso e, em seu entender, estaria encerrado se não se colocasse em causa a seriedade, o profissionalismo e a competência de vários funcionários ao serviço da autarquia. Referir que foi passado um cheque de mais de seis milhões sem qualquer tipo de suporte é no mínimo um sinal de ignorância total da forma como se processam quaisquer pagamentos de uma autarquia. É esquecer que qualquer pagamento passa por uma série de procedimentos legais que envolvem muitos funcionários, nomeadamente os ligados ao setor administrativo da contabilidade, da tesouraria. É esquecer que nada é pago sem o respetivo documento de suporte. É esquecer que esses documentos de suporte são elaborados por funcionários que desta forma, dadas as palavras do senhor Presidente, viram a sua reputação certamente colocada em causa. Perante a opinião pública também fica a imagem de que nesta autarquia e naquele tempo tudo era possível fazer-se, até passar um cheque de seis milhões a uma empresa privada sem que existisse motivo para tal. Certamente que hoje o senhor Presidente esteja arrependido das afirmações que fez mas certo é que não se conhecem declarações públicas a pedir desculpa a todos os funcionários que tiveram intervenção em todo o processo de pagamento deste cheque. Espera que ainda o faça. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara fala muitas vezes da mais bela porta de entrada em Trás-os-



me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Montes mas que vai ter que começar a falar da descoberta da saída dos nossos PR's tal é o estado de limpeza das nossas rotas, completamente obstruídas, com vegetação da altura de uma pessoa. Por um lado, gastamos milhares de euros em promoção de levadas e depois temos os nossos trilhos nesta vergonha. Esta é a experiência que nós proporcionamos aos nossos turistas. Quanto ao miradouro das Físgas de Ermelo, considera que é por demais óbvio que vamos ter mais um verão com um dos pontos principais de visitaçoão fechado ao público. Entende que a obra já devia estar concluída há muitos meses e que chegou a hora de agir e fazer cumprir o contrato. De seguida, referiu que, em conversa com um operador turístico local, teve conhecimento de que se têm-se verificado subidas abruptas do caudal do Rio Tâmega. Questionou o senhor Presidente no sentido de saber se aquela sinalética sonora que existe junto à ponte está feita para avisar das descargas da barragem ou só em caso de cheia, isto porque a subida do caudal tem sido tão abrupta que pode colocar em causa a segurança dos banhistas que frequentam aquele rio. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que gostaria de colocar algumas questões. No que diz respeito às obras da instalação da rede de gás, referiu que tem ouvido muitos relatos de problemas e demoras na repavimentação durante as intervenções e gostava de saber se os técnicos do município têm acompanhado estas obras. Relativamente à obra de reabilitação do Edifício de Santiago, conhecido como Hotel das Rãs, outra obra que se prolonga no tempo, gostaria de saber qual é que é o ponto de situação. Relativamente ao Loteamento da Tapada da Telha, em paralelo também com o que disse o senhor deputado Fernando Silva, gostaria de saber porque é que não foi avançado um regulamento que iria permitir adquirir os lotes a um preço razoável, sendo que este procedimento vai ser certamente especulativo e inflacionar o valor dos lotes, impedindo que haja condições para que os Mondinenses possam construir habitação própria na sua terra e a custos mais controlados. Relativamente aos documentos que o PSD apresentou hoje, espera que o tratamento seja o mesmo dado à bancada do Partido Socialista que está há dois anos à espera de respostas e ainda não recebeu nada do executivo. É esta a transparência que temos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões. Em primeiro lugar agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter anuído a solicitação do Executivo para poder antecipar esta Assembleia para o dia de hoje. Acrescentou que esperava que esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Assembleia decorresse também com a normalidade que as anteriores não têm decorrido, nomeadamente no que diz respeito daquilo que são as regras de funcionamento. Procurando responder às questões que lhe foram colocadas, começou pela questão da Casa da Igreja. Crê que seja unânime na nossa sociedade, na comunidade Mondinense, a necessidade da reabilitação integral da Casa da Igreja e de todo o património estar disponível, aberto e ao serviço da nossa economia e à disposição de todos os Mondinenses. Conhecerão decerto o estado em que se encontra a Casa da Igreja: os tetos, as infiltrações, os pisos completamente destruídos. Um edifício que ao longo do tempo se tem vindo a degradar e que exige uma solução iminente para a sua reabilitação. Perante essa situação, confessou que não entendia criada em redor da única solução encontrada e apresentada nos últimos anos, ou talvez perceba mesmo qual é que é a verdadeira intenção. Referiu que iria fazer uma resenha histórica para todos perceberem o que têm sido as propostas ou as intenções para a reabilitação da Casa da Igreja. O município de Mondim de Basto adquiriu o património Casa da Igreja em 11/11/1998, nos termos da Certidão Predial Permanente do Imóvel. Também em 1998, o saudoso Fernando Pinto Moura, Presidente da Câmara Municipal à data, circunscreveu a elaboração do projeto de arquitetura para a instalação de um polo da Universidade Lusíada em Mondim de Basto. O edifício previa um plano funcional que refuncionalizava e requalificava todo o edifício, prevendo a instalação de diversos gabinetes, espaços técnicos, biblioteca e sete salas de aula. Uma excelente iniciativa que não se logrou concretizar mas que revela bem a ambição para o Concelho de Mondim de Basto. Em 2016, mais precisamente em 20/10/2016, foi celebrado um ajuste direto para a aquisição de serviços de elaboração de estudo e prospeção de mercado para a rentabilização da Casa da Igreja, com um valor de contrato que importava os 92.200,70 euros. Já solicitou aos serviços o conteúdo do estudo que ainda não foi presente. No entanto, e de acordo com as declarações do Presidente da Câmara à data na Assembleia Municipal, que se realizou no dia 25 de novembro de 2016, que afirmou que «foi contratada uma empresa para fazer um estudo de viabilidade sobre a Casa da Igreja para fins turísticos de modo a dinamizar a nossa economia local. A empresa terá uma combinação no valor da venda. Se a empresa vender um valor superior a 1 milhão, a empresa receberá 70 mil euros». Nesta data, presume que a intenção do Executivo seria vender o imóvel, vender todo o património, a uma entidade privada e fechar o acesso público ao imóvel e aos jardins. A ser, foi só uma intenção. Foi paga parte do estudo inicial e o procedimento foi extinto em 2017. Em 2019, o Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

Municipal informou em reunião de Câmara, datada de 22 de julho, que a Casa da Igreja seria inscrita no Programa Revive, um programa que passa pela recuperação de imóveis públicos de elevado valor patrimonial, que não estão a ser usufruídos pela comunidade e seus visitantes, através da realização de investimentos privados efetuados mediante procedimento de concurso público. Em julho de 2021, o Executivo Municipal contratualizou um contrato de prestação de serviços com uma empresa para a avaliação de um imóvel denominado Casa da Igreja, pelo valor de 3.075 euros. No relatório de avaliação apresentado, regista-se que seria construído um hotel com oito unidades de alojamento no edifício da Casa da Igreja, um novo edifício de três andares com 33 alojamentos, dez bungalows dispersos no terreno e uma piscina com 150 metros quadrados. A concessão seria por 50 anos e uma renda mensal máxima a pagar pelo hoteleiro de 312,30 euros por mês. Foi ainda elaborado um documento com os termos de referência condicionantes que o projeto hoteleiro deveria obedecer. Ao colocar o programa Revive na Casa da Igreja, o município identificou à data, e bem, um conjunto de referências e condicionantes que deveria constar na proposta a apresentar que passou a citar: «1º Em termos patrimoniais, a intervenção deverá ter especial atenção à coerência do conjunto, considerando não apenas o edificado mas também a sua envolvente natural, tais como os jardins, a horta, as infraestruturas de apoio à prática agrícola, nomeadamente o tanque e os canais de regas complementares». O nosso projeto cumpre. «2º No que respeita às características gerais do edifício, a intervenção deverá assegurar a sua integridade, considerando criteriosamente as opções construtivas, as infraestruturas e as tipologias dos materiais selecionados, incluindo dos futuros suportes identificativos e de sinalética». O nosso projeto cumpre. «3º As intervenções de remodelação, nomeadamente as adaptações dos espaços interiores e exteriores, do edificado às novas funções, devem preservar a traça arquitetónica do imóvel original em termos globais, por forma a respeitar a identidade do mesmo, nomeadamente a volumetria, o vocabulário arquitetónico e a originalidade dos materiais e a sua imagem arquitetónica de solar». O nosso projeto cumpre. «4º Importantes fatores de manutenção da originalidade do edifício passam ainda pela preservação e conservação dos elementos arquitetónicos notáveis, tais como a expressiva volumetria da cobertura, o telhado, a capela interior, as guardas de ferro das varandas e os elementos em cantaria, entre eles destacam-se a escadaria central em pedra e a janela sacada com molduras em granito». O nosso projeto cumpre. «5º Admitimos a necessidade de concentração e construção de novas construções. Estas deverão estabelecer um diálogo entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

o histórico e o contemporâneo, evitando-se opções dissonantes e salvaguardando a identidade da casa original». O nosso projeto cumpre. «6º Poderão admitir-se zonas de expansão ao nível do subsolo, que poderão facilitar a construção de corredores de circulação entre edifícios, a instalação de infraestruturas de apoio, assim como a instalação de serviços e outros espaços técnicos». O nosso projeto cumpre. «7º No espaço a destinar a estacionamento, que não seja em subsolo, a intervenção deve ser o mais discreta possível, sempre com cruzamento paisagístico relativamente à envolvente, evitando a utilização de solos que tenham por consequente a impermeabilização do solo». O nosso projeto cumpre. 8º Como decorre do exposto, o último parágrafo do ponto 1, enquadramento histórico, atendendo ao seu valor histórico, o jardim em forma de bucho de japoneiras antigas que enquadra a fachada principal, deve ser preservado. Deverá também ser globalmente mantida a topografia de toda a área de intervenção, de modo a não desvirtualizar o seu ambiente, devendo evitar-se grandes movimentos de terra e o abate de espécies arbóreas». O nosso projeto cumpre. «9º O projeto de adaptação às novas funções deverá ser elaborado por uma equipe multidisciplinar que, para além do arquiteto, integre técnicos dos quadros superiores das diferentes especialidades, em função dos valores patrimoniais a salvaguardar. A operação urbanística deve ser complementada com a definição de uma estratégia de manutenção». O nosso projeto cumpre. «10º O polígono de implementação, representado nas figuras acima, é uma sugestão de mancha de ocupação para o projeto de edificação a desenvolver de raiz para o local. Trata-se de um edifício destinado a unidades de alojamento, já que alguns espaços comuns e de serviço como a receção, salas de estar e de reunião, salas de refeições e cozinha, poderão ser acomodados no edifício existente. A piscina poderá implementar-se na elevação do terreno, junto ao antigo tanque e a um grande pinheiro manso». Aqui o nosso projeto não cumpre. Não cumpre a existência de uma piscina prevista nesta proposta nem no tanque. Referiu que não podia deixar de fazer um reparo: não se pode questionar ou criticar o impacto da criação de uma plataforma de visita de 360º em redor do pinheiro manso e, ao mesmo tempo, considerar que a construção de uma piscina não tem impacto nenhum. Por fim, «11º Tendo em consideração o estabelecido no Plano Diretor Municipal para uso previsto do empreendimento turístico, a pendente natural do terreno e a preservação da integralidade patrimonial do edifício existente e do novo edificado não deverá exceder os dois pisos acima de um piso abaixo da cota soleira». O nosso projeto cumpre. O nosso projeto cumpre todos os requisitos apresentados à data. Avançando no tempo, referiu



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que, em 2021, em plena campanha eleitoral, assumiu perante os Mondinenses que, se recebessem a sua confiança nas eleições autárquicas, iriam encontrar uma solução para a reabilitação da Casa da Igreja. Está gravado em vídeo e pode ser facilmente consultada essa declaração. Quando chegaram à autarquia, em outubro de 2021, verificaram que não havia à data qualquer proposta de investimento no Programa Revive para a reabilitação da Casa da Igreja. Ademais, todo imóvel da Casa da Igreja apresentava um estado de degradação enorme, com infiltrações de água, janelas partidas, tetos partidos, áreas vandalizadas e que são do conhecimento de todos os Mondinenses. Entenderam resgatar o imóvel para a esfera do município e aguardar uma oportunidade de financiamento para a concretização do projeto. Deixaram-se de intenções e avançaram com uma solução real. Assim, contratualizaram o projeto de execução para a requalificação da Casa da Igreja - Centro de Turismo, que considerou os termos de referência e condicionantes que constavam no documento produzido pelo anterior executivo. Inseriram o projeto NETI do Norte 2030 de forma a assegurar um financiamento comunitário e têm condições para avançar. O setor do turismo é atualmente uma das maiores atividades económicas do Concelho. O setor dinamiza diretamente áreas como a restauração, o alojamento, os serviços, o comércio, empresas de animação turística e até mesmo a construção com a reabilitação e com a construção de imóveis e equipamentos. O setor precisa de ser organizado com a criação e transformação de produtos, formação e capacitação, ações de promoção, incentivo ao trabalho em rede, distribuição de turistas, incentivo e apoio às empresas, disponibilização de infraestruturas, incentivo à criação de novas empresas, de criação de rotas e percursos, incentivo ao aumento de dormidas por reserva, conservação de património cultural, natural e religioso, entre outras necessidades. A mais bela porta de entrada em Trás-os-Montes terá agora um espaço físico e histórico, em pleno centro da vila de Mondim de Basto, que será um farol para a dinamização deste setor tão importante para a economia do Concelho. Em complemento ao grande investimento que se irá fazer na valorização das margens dos rios Tâmega e Cabril e no prolongamento da ciclovia ao centro da Vila, haverá um espaço físico aberto ao público onde estarão disponíveis os seguintes serviços: salas de formação e capacitação para os nossos empresários e alunos, dentro e fora do Concelho. Já foram efetuados contactos com instituições de ensino superior para termos condições para recebermos formação e ensino. Haverá a sala de briefing e balneários comuns que estarão disponíveis para o suporte às iniciativas das associações e das empresas. Haverá um espaço didático e interpretativo para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a promoção de todo o território. O turista ficará com conhecimento de toda a informação para explorar o concelho: onde dormir, onde comer, o que visitar, que atividades pode fazer, os eventos que estão a decorrer. Haverá um espaço multifuncional, com uma cota inferior ao telhado do edifício, com capacidade para mais de 200 pessoas, onde poderão realizar-se eventos sociais, comerciais, empresariais ou culturais, onde se poderá realizar uma exposição, apresentação de um produto ou simplesmente receber um grupo de visitantes mais numeroso. Ainda no âmbito da intervenção, e agora já fora da área do edifício central, haverá um novo parque de estacionamento onde irá desaguar também a ciclovía. Neste parque estará também instalado um bike-hotel para o estacionamento e pequenas reparações e limpezas de bicicletas. Os turistas terão a oportunidade e condições de chegar de carro, de bicicleta, de autocarro, de jipe, de buggy ou a pé - terão sempre uma porta aberta. Tendo em consideração o incentivo ao setor empresarial, está também prevista a criação de outros espaços para a instalação de empresas, cada uma com o seu próprio gabinete, e que poderão utilizar todos os espaços comuns do edifício. Ainda no âmbito das intervenções, está prevista uma pala para a melhoria de visita num dos pontos de vista mais bonitos do Concelho, junto ao pinheiro manso. Tudo isto cumprindo todas as premissas identificadas quando a Casa da Igreja foi inscrita no Revive e sem qualquer intervenção que ponha em causa a fachada do edifício central, o jardim histórico, a capela, os tetos que estiverem em bom estado, o escadaria, o tanque ou mesmo o pinheiro manso. É esta a solução e foi este o projeto aprovado pelo Executivo. Podemos ter sempre diferentes opiniões ou discordar com algum pormenor. Reconhece que é até mais fácil criticar quando há uma solução, mas não pode conceber como se pode ser contra este projeto que vai permitir dar um contributo para a organização deste setor tão importante para o Concelho, beneficiar e criar melhores condições para as empresas e associações, incentivar a criação de novas empresas, criar condições para a formação e capacitação dos estudantes e profissionais do Concelho e de outras localidades, promover o território de forma estruturada e reabilitar o património histórico, abrindo à sociedade e a todas as pessoas que visitarem o nosso Concelho. Este é um projeto ambicioso, de futuro, da promoção do desenvolvimento económico e social e, acima de tudo, que orgulhará a todos os Mondinenses pela forma como conseguiram conciliar a preservação do património com a criação e dinamização de serviços e infraestruturas. Tudo o resto é ruído que já nos vai habituando em procurar justificar a inércia e as intenções. De seguida, referiu que iria dar resposta às questões colocadas e, começando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink.

pelas questões relativas ao loteamento Tapada da Telha, referiu que no âmbito da Tapada da Telha teremos aqui dois procedimentos em termos de loteamento. O primeiro, que se deu com o início do regulamento que foi a consulta pública, isto já há vários meses, são os 8 lotes que serão atribuídos aos jovens, com um conjunto de regras que irão não só não permitir a especulação (portanto terão um valor fixado) e que permitirão, através de candidatura, que os jovens do Concelho se possam habilitar a estes 8 lotes. Acrescentou que hoje mesmo, em reunião de Câmara, foi aprovado o regulamento que irá novamente para a consulta pública. Aproveitou para aconselhar a que participassem se entenderem que deva haver alguma alteração. Portanto, este foi de facto o primeiro procedimento a iniciar no que diz respeito à atribuição dos lotes. Os outros 12 lotes que foram a leilão, portanto em um mercado livre, estarão portanto em mercado aberto e será a lei da concorrência que irá permitir definir qual é que será o valor. Relativamente aos custos controlados, nomeadamente também aquilo que podia ser a solução, foi necessário realizar avaliações para os terrenos pelo que o valor que é definido é de acordo com a avaliação. Relativamente àquilo que podiam ser outras soluções da estratégia de custos controlados no âmbito da estratégia local de habitação, informou que aguardavam respostas do IHRU para poderem avançar com a construção de habitação a custos controlados. Confessou que era um processo que estava bastante atrasado, que será comum também aos diversos municípios do país, mas, efetivamente, já identificamos um conjunto de intervenções precisamente para poder cobrir essa necessidade de habitação a custos controlados. Relativamente à questão sobre a auditoria, referiu que o senhor deputado Fernando Silva não esteve cá e portanto perdoava a interpretação que fez. Esclareceu que aqui não foi dito que se passou um cheque sem qualquer tipo de procedimento; não se encontrou foi o comprovativo. Relativamente à intervenção e às questões do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que procuram ter sempre os PR's limpos, acreditando que possa haver alguma necessidade de limpeza, pelo que agradeceu a chamada de atenção. Obviamente que é muito importantes os PR's estarem desobstruídos, até porque nesta altura do ano ainda são mais utilizados. Relativamente ao miradouro das Fiskas de Ermelo, referiu que de facto não agrada a ninguém o facto de a obra ainda não estar concluída e tem sido um transtorno bastante grande. A última informação que tem, e terá que ser mesmo a última, por parte da entidade a quem adjudicaram é que na primeira quinzena de julho, perante o plano que foi apresentado, estará concluído. Este será o limite máximo para aquilo que é também o razoável, que já por si só não tem nada de razoabilidade. Relativamente à subida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to me

do rio Tâmega, confessou que não podia precisar se estão a funcionar ou não os alertas, pelo que iria tentar verificar. Tem-se deparado também que não tem recebido qualquer notificação quando existem essas descargas pelo que também já deu nota junto dos serviços para que essa situação seja revista. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Patrícia relativamente à rede do gás esclareceu que existem técnicos a acompanhar mas que de facto depois a reposição não ocorre naquilo que é a vontade de quem usufrui das estradas e é também um transtorno porque ao não ser repostos no prazo que será razoável traz constrangimentos. Relativamente ao Edifício de Santiago, referiu que a obra está a decorrer, poderemos já ver que pode haver algum atraso, mas ela está a decorrer com normalidade. Relativamente aos documentos do PSD, referiu que, obviamente, o tratamento seria igual. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer uma intervenção sobre a Casa da Igreja que passou a ler: «A verdade e os factos, a importância e a oportunidade do assunto, obrigam-me a vir aqui prestar o seguinte esclarecimento. Não é verdade que o Executivo anterior, que eu tive a honra de presidir, não tenha feito nada para recuperar a Casa da Igreja. A opção do Executivo do Partido Socialista foi sempre a disponibilização do imóvel da Casa da Igreja para um investimento privado, preferencialmente uma unidade hoteleira. Fizemos várias diligências nesse sentido, incluindo até, é verdade, a venda do imóvel, opção essa que foi abandonada, optando pela concessão do imóvel, ficando este propriedade da autarquia. Existem na autarquia documentos e registos que evidenciam e confirmam este esforço para atrair um investimento privado para a Casa da Igreja. Na sequência da visita do então Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, em 23 de julho de 2019, conseguimos a inclusão da Casa da Igreja no programa Revive. Desta forma, a Casa da Igreja, como outros tantos imóveis de interesse histórico um pouco por todo o país, seria transformada numa unidade hoteleira de charme, com um investimento privado, com a criação de postos de trabalho e sem qualquer custo para a Câmara, uma solução que nos pareceu a melhor para o Município. O atual executivo seguiu outro caminho, legítimo, mas diferente e que nos trouxe a esta discussão. Decidiu retirar a Casa da Igreja do Programa Revive (basta ver as afirmações e o assumir dessa responsabilidade na ata da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022) e decidiu dar-lhe um uso diferente: mais um equipamento municipal, com custos avultados para o orçamento da Câmara, quer na obra, quer depois na manutenção do equipamento». Na sua opinião, a opção encontrada é uma má opção. Recuperar um imóvel com enorme interesse histórico, associado ao arquiteto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

X
me

Fernando Távora, para instalar um equipamento de utilidade duvidosa merece discussão e merece contraditório. O atual Executivo tem todo o direito de escolher esta opção, que, repetiu, é no seu entender uma má opção, mas, em democracia, quem discorda deve manifestá-lo e foi o que procurou fazer nesta breve declaração. Referiu que queria acrescentar duas notas: o senhor Presidente disse que houve um custo de 92 mil euros pelo que fica a aguardar que diga quanto é que a Câmara pagou destes 92 mil euros pois acha que pagou apenas 5 mil euros porque o restante só pagaria se houvesse na altura uma venda. Sobre a questão da comparação que fez com outro projeto, tanto quanto sabe nunca houve um outro projeto para a Casa da Igreja, portanto não percebe a comparação, o que é que cumpre e o que é que não cumpre, mas sabe que, há uma hora atrás ou duas, a Fundação Marques da Silva, que é depositária do Espólio do Fernando Távora, que é uma fundação que está ligada também à Faculdade de Arquitetura, fez uma publicação dando conta que irá assumir a classificação do imóvel, considerando de interesse público, pelo que depois veremos o que é que cumpre, o que é que não cumpre, se há ou não adulteração da obra do arquiteto Fernando Távora. Depois de essa classificação ser feita iremos ver se o projeto que o senhor Presidente da Câmara apresentou cumpre ou não os requisitos e pode ou não ser feito naquele local e naquelas condições ou, simplesmente, não pode ser feito ou terá que ser ajustado. Entende que sobre isto é preciso muita responsabilidade, muita calma, e é preciso, acima de tudo, clareza naquilo que se apresenta. Concluiu dizendo que deixou aqui a sua opinião, e fê-lo porque presidiu ao município, tomou as diligências que teve que tomar na altura para encontrar uma solução que, infelizmente, durante alguns anos não foi possível, apenas foi possível já no final do último mandato. Sobre a questão da Fundação Marques da Silva aconselhou o Executivo a ler atentamente a publicação e a seguir naturalmente todos os passos para salvaguardar esse património valiosíssimo que é reconhecido fora de Mondim. Não é o ex-presidente Humberto Cerqueira, não são os deputados do Partido Socialista, não é ninguém em particular: é uma fundação que tem apenas como função preservar o espólio desse grande arquiteto que é uma referência para todos os arquitetos portugueses. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que, em nome da população que representa, queria manifestar a sua preocupação com a demora na execução da obra prevista para a Estrada Municipal 312 que liga Mondim de Basto à Freguesia de Atei e Cerva. Esta é uma via fundamental para a mobilidade diária dos nossos cidadãos, para o desenvolvimento económico local, etc. Têm-



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

se verificado sucessivos atrasos e até o momento não recebemos informações claras sobre o calendário da obra. Quais são concretamente os motivos para a demora da intervenção nesta estrada? Existe já uma data prevista para o início da obra? E perguntou também para quando está prevista a ligação do saneamento nos locais da freguesia onde a rede já passa, mas as habitações ainda não têm a ligação efetiva? -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente assume aqui que, relativamente à Tapada da Telha, é uma opção política sua que sejam disponibilizados aos jovens apenas 8 lotes, sendo que a concurso público vão 12 lotes. Porque é esta a diferença de valores na atribuição dos lotes. Assume aqui, portanto, que deixar ao critério do mercado é uma melhor solução do que dar a possibilidade a que os jovens Mondinenses se possam fixar na sua terra. Porque não deixar primeiro que o regulamento tenha o seu efeito e só depois colocar em venda livre os lotes restantes? -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que na sua intervenção inicial sobre a Casa da Igreja levantou um conjunto de questões que apenas careciam de um sim ou não por parte do senhor Presidente da Câmara. Reiterou que a grande questão que colocou e a grande questão que muita gente coloca é o porquê de alguns projetos estruturantes no desenvolvimento de Mondim de Basto, nomeadamente, entre outros que já foram citados, este projeto da Casa da Igreja, não serem sujeitos a discussão pública na apresentação deste projeto e para que houvesse outras entidades e a sociedade civil a pronunciar-se. Todos têm a noção do estado de degradação que estava o imóvel, era conhecido. Aliás, em várias intervenções que fez, alertou para a situação do estado do imóvel. Referiu que até concordam sobre uma questão que fazia parte do programa eleitoral do CDS que é que a Casa da Igreja servisse para fins turísticos. Mas a grande questão, a seu ver, é qual o porquê dos grandes projetos estruturantes não serem objetos de discussão pública? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Ateí considera que é uma boa preocupação e tomara, se calhar, outros colegas que estão na bancada terem esta preocupação de ver estes investimentos todos de acessibilidade e reabilitação de estradas na sua freguesia. Relativamente a esta, que não é atraso, porque ainda estamos no prazo legal em que ela foi adjudicada, esclareceu que, tendo em conta o valor da obra, teve que ser remetida ao Tribunal de Contas e nesta data chegou a resposta final para podermos avançar. Entretanto, a obra já foi adjudicada, portanto estávamos era à espera do visto do Tribunal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

de Contas para poder avançar pelo que agora já existem condições para pressionar a empresa a avançar com a obra. Relativamente ao saneamento, hoje mesmo irá ser apreciado e votado um regulamento que irá permitir, inclusive, adaptar aquilo que é o regulamento que existe neste momento de águas residuais para situações em que não é a Câmara que gere a água, como é o caso da freguesia. Este era um passo que também era importante dar para se poder avançar com as ligações, portanto, será também nessa sequência. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Patrícia, referiu que invertia a questão que colocou: “porque é que foi a opção de só estes “por “Foi uma opção deste Executivo disponibilizar lotes para os jovens”, podia não ser nenhum. Relativamente ao preço, aquilo que será disponibilizado aos jovens será um preço mais baixo do que aqueles que foram a leilão e por isso é que também requer que haja um regulamento. Referiu que o professor Fernando Silva reconheceu que era um projeto estruturante. Acha que está aos olhos de todos que será um projeto aglutinador no ponto de vista económico, social, de dinamização, de um dos sectores que em termos económicos tem ganho e tem uma presença cada vez maior no Concelho. Efetivamente que esse envolvimento que remeteu para os projetos estruturantes podem sempre acontecer e, obviamente, também ouvem as pessoas perguntarem, mas a verdade é que foram eleitos para tomar decisões. Portanto, no âmbito daquilo que é também a interpretação daquilo que seja um projeto estruturante para o Concelho, de acordo com a sua estratégia de desenvolvimento, que foi, inclusive, apresentada antes do ato eleitoral, esta iniciativa corresponde com aquilo que pretendem. Concluiu dizendo que é de facto um projeto estruturante e tem a certeza absoluta que será um grande orgulho para os Mondinenses poderem ter esta obra realizada e aberta à comunidade. E isto é uma das grandes diferenças entre entregar a uma empresa privada para fazer investimento: é que este espaço irá estar aberto à nossa comunidade, irá estar aberto aos Mondinenses e a quem nos visita. Isso é que é um investimento público. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que na intervenção do senhor Presidente de Câmara surgiu uma dúvida relativamente à Tapada da Telha. É que quando se fala em lotes, todos os 12 lotes que estão ali elencados estão em hasta pública e têm um valor, têm um valor de base para privados. Ficou com uma dúvida que tem a ver com o seguinte: quando se fala em habitação a custos controlados, são coisas totalmente distintas, porque custos controlados, na sua sincera interpretação, requer que a Câmara construa para depois alugar. Não será isso? Há 12 lotes em hasta pública que de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

alguma forma têm preços distintos em função da área de construção. Julga que esta é que é a questão. Todos eles, os 12 lotes, com valores que vão dos 54 mil euros até aos 26 mil euros, estão ali para serem licitados. Este é o valor base. Podem subir, e tal como é dito, sobem de mil em mil. Quando se fala em habitação a custos controlados, o que é que se pretende com isto? É que se a Câmara pretende fazer habitação a custos controlados para jovens ou para a população, o que é que terá que fazer? Tem que edificar, tem que criar as habitações para depois remeter a aluguer, não é assim? Ou então fazem preços específicos para lotes? E estes são para quê? Porque é que estes têm um preço? Acha que aqui há uma grande questão e há uma grande dúvida. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que o senhor deputado deve ter feito uma confusão muito grande, porque senão não fazia esta intervenção. Os lotes que vão ser disponibilizados são para a hasta pública, para o mercado livre. Não tem nada a ver com custos controlados. Portanto, se calhar, houve aqui uma má interpretação, mas não foi isso que foi dito. O que foi dito é que, por parte da estratégia local de habitação, estamos ainda a aguardar que nos sejam validadas candidaturas para construção de habitações a custos acessíveis, mas não serão nestes lotes. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2- Ordem do dia: -----

2.1. Aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2025 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião 25 de abril de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).-----

2.2. Aprovação da ata da reunião de 30 de abril de 2025 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 30 de abril de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).-----

2.3- Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referente ao ano de 2024 ---

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referente ao ano de 2024 que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e onze abstenções. -----

2.4- Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2025-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para deixar uma pequena nota, que se destaca dos números que nos foram apresentados. Consta-se que os valores dos projetos têm derrapado, o que implica empurrar um pouco as obras que estavam previstas para 2027 e 2028 o que implica também retirar verbas, por exemplo, do saneamento, o que não lhes parece uma decisão muito acertada. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que efetivamente os custos da construção têm vindo a aumentar. Tivemos, inclusive, recentemente, dois concursos que ficaram vazios - o da Creche e o do Centro dos Vinhos Verdes. Procuramos ser o mais exigentes possíveis naquilo que foi a identificação do projeto, procurando aqui preços mais competitivos possíveis, mas a verdade é que o mercado está em alta e daí a necessidade de se criar condições para que o orçamento permita a concretização destes projetos. Relativamente ao saneamento que referiu, há também uma nova intervenção que é colocada nesta revisão que é uma candidatura que irá ser efetuada para o alargamento do saneamento em Vilar de Viando e também com o avançar de uma obra de beneficiação de uma Eta na Senhora da Piedade. Portanto diria que houve uma transição para uma candidatura que vamos efetivamente avançar e que já está também aqui transcrita neste documento. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2025** que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e onze abstenções. -----

2.5- Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do concelho de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da proposta de alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do concelho de Mondim de Basto** e que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Aprovação do projeto de estacionamento de jusante e o percurso pedonal previsto no Projeto de Valorização das Quedas do Rio Cabrão -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação do projeto de estacionamento de jusante e o percurso pedonal previsto no Projeto de Valorização das Quedas do Rio Cabrão** que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor e uma abstenção. -----



[Handwritten signature]

2.7- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências para execução de trabalhos na Rua da Fonte do Terreiro, Travessa da Eira Velha, Caminho do Rego da Aldeia - Lugar de Cavernelhe e Rua do Forno da Telha - Lugar de Bilhó, no âmbito do programa “Acesso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências para execução de trabalhos na Rua da Fonte do Terreiro, Travessa da Eira Velha, Caminho do Rego da Aldeia - Lugar de Cavernelhe e Rua do Forno da Telha - Lugar de Bilhó, no âmbito do programa “Acesso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências entre a União de Freguesias de Campanhó e Paradança e o Município de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências entre a União de Freguesias de Campanhó e Paradança e o Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade. -----

2.9- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências para execução de trabalhos na Rua de Viadeiros, na União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, no âmbito do programa “Aceso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências para execução de trabalhos na Rua de Viadeiros, na União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, no âmbito do programa “Aceso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Ermelo e Pardelha que foi aprovada por unanimidade. ----

2.10- Aprovação do Contrato – Programa a celebrar com a Probasto - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto -----

O deputado municipal José Ricardo Brás de Oliveira não participou na presente votação. Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink.

Aprovação do Contrato – Programa a celebrar com a Probasto - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto que foi aprovada por unanimidade. -----

2.11- Aprovação para efeitos de deliberação de contratação de seguro de acidentes pessoais para os eleitos locais e aprovação dos valores aplicáveis -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação para efeitos de deliberação de contratação de seguro de acidentes pessoais para os eleitos locais e aprovação dos valores aplicáveis que foi aprovada por unanimidade. -----**

2.12- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para questionar o senhor Presidente no sentido de saber porque é que a informação das atividades termina no dia 13 de Abril, há ali um ligeiro apagão, e depois só começamos a ver as atividades a partir do dia 3 de Maio. Desconhece o que é que se passou ali, falta essa informação. E outra nota que tem a ver com a taxa de execução: estamos em junho e estamos com uma percentagem de 10.46%. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que também queria deixar duas notas relativamente a dois temas. A primeira era congratular o Executivo pela coragem que teve em acionar a garantia bancária relativamente à empreitada das obras da Reta da Pena, dado que o anterior empreiteiro não cumpriu adequadamente as obras, deixando-a com evidentes falhas, defeitos e patologias que, em devido tempo, fomos alertando e denunciando. A outra nota que gostava de deixar tem a ver com a informação que surgiu relativamente aos processos judiciais em curso, nomeadamente um que tem a ver entre o município e a empresa Sete Castas de Basto no qual é dito e afirmado que o município foi condenado de litigante de má-fé. Ora isto também cria aqui alguma celeuma pelo que questiona: não houve uma avaliação correta da situação? Porque é que este processo se arrastou até chegar aqui a esta solução? Estando ainda a decorrer o prazo de recurso questionou se o município tem a intenção de recorrer da decisão proferida. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para perguntar ao Executivo se tem a ideia do impacto que atividades como por exemplo a Colmeia Literária ou o Abre Asas até Mondim tiveram no Concelho, se tem a ideia de números uma vez que não consta na informação os custos de todas, se tem pelo menos os benefícios que possam ter trazido ao Concelho. -----



to gpc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões colocadas. Começando pelo senhor deputado Carlos Macedo, referiu que desconhecia se se refere a alguma unidade em particular pois estava aqui a identificar informações durante esse período. Se há um ápice em alguma unidade, pedia desculpa porque terá que ser retificado. Presume que seja em alguma unidade específica e não no documento todo. Relativamente ao processo identificado pelo senhor deputado Fernando Silva, referiu que não conseguia precisar neste momento aquilo que será o próximo passo jurídico neste processo. Relativamente ao impacto que a senhora deputada Ana Patrícia referiu falando em dois eventos, crê que a Colmeia Literária e o Abre Asas têm impacto direto e indireto: o direto é aquilo que é a dinâmica que vimos no Concelho, que é difícil de materializar em números: número de refeições, número de dormidas, o consumo no comércio local. Entende que há o impacto durante o evento e há o impacto pós-evento. Qualquer um destes eventos que referiu tem sido uma forma de podermos promover o Concelho fora de portas, de convidarmos pessoas a visitarem o Concelho e, por vezes, nem sempre essa visita é feita durante o evento. É também uma forma de projetarmos o Concelho. Mas uma coisa é certa: quando realizamos estes eventos, o impacto maior que queremos é proporcionar à nossa comunidade, aos Mondinenses, a oportunidade de participar e de ter acesso a esta dimensão. E esse impacto é que não tem valor. É de facto uma grande motivação. -----

2-13- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----


ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a **minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove hora e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 19 de setembro de 2025, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO



Tomilza Gonçalves
